



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



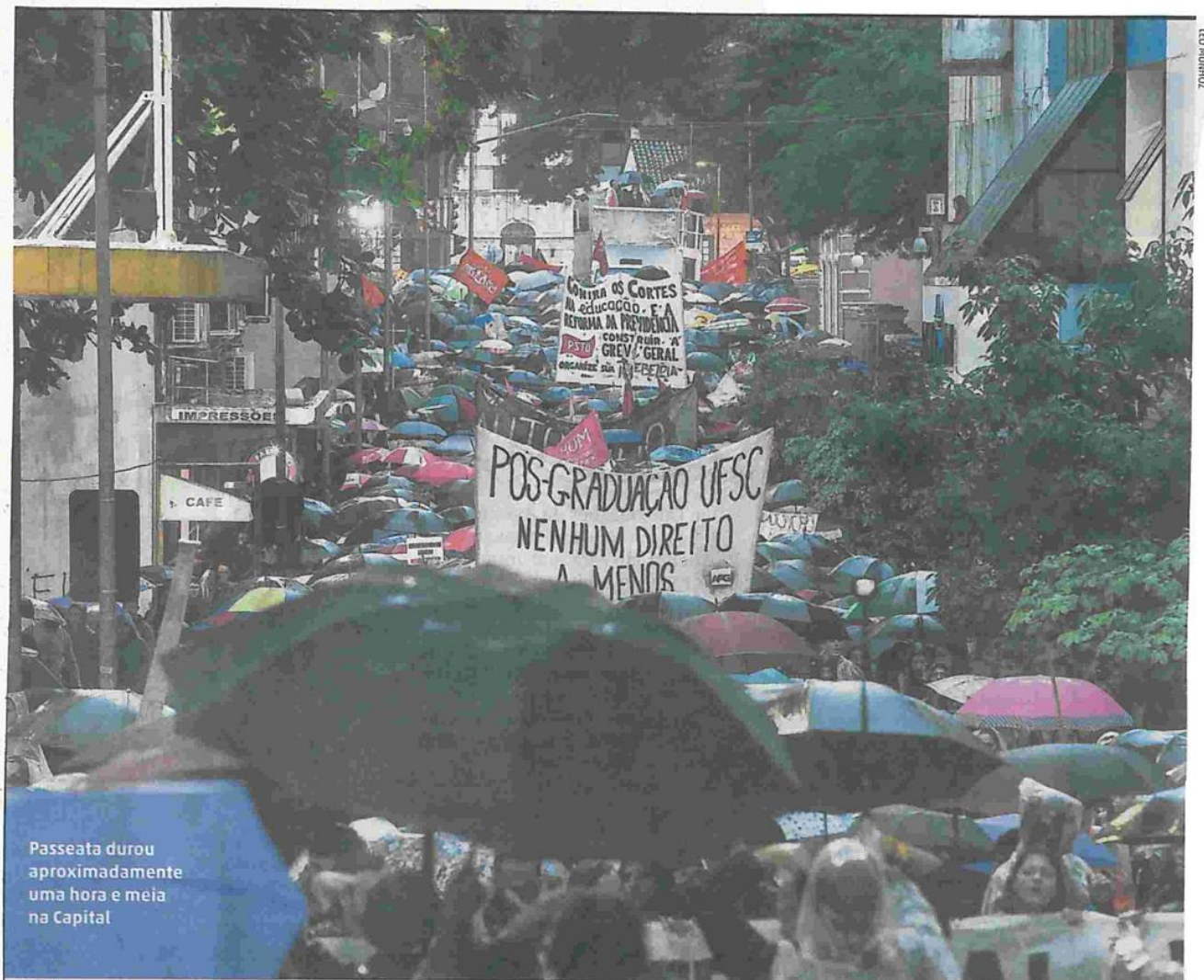
Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

31 de maio de 2019

Diário Catarinense Capa e Educação

“Estudantes e Professores voltam às ruas”

Estudantes e Professores voltam às ruas / Cortes na Educação / Governo Jair Bolsonaro / Mobilização / Reforma de Previdência / Hall da Reitoria / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / IFC / Instituto Federal Catarinense / IFSC / Instituto Federal de Santa Catarina / Ministério da Educação / MEC



Passeata durou aproximadamente uma hora e meia na Capital

EDUCAÇÃO

ESTUDANTES E PROFESSORES VOLTAM A PROTESTAR

Nova mobilização contra cortes do governo ocorreu nas ruas de Florianópolis | PÁGINA 14

Estudantes e professores voltam às ruas

Em nova mobilização na Capital, manifestantes protestam contra o bloqueio de recursos

GUILHERME SIMON
email@somosnsc.com.br

Uma nova mobilização contra os cortes na educação anunciados pelo governo Jair Bolsonaro ocorreu ontem em Florianópolis e em ao menos mais quatro cidades catarinenses. Assim como em todo o país, os atos reuniram estudantes, professores e servidores de instituições públicas e privadas e também membros do movimento sindical.

Na Capital, os manifestantes enfrentaram a forte chuva que caía durante a tarde e saíram pelas ruas do Centro numa passeata que durou cerca de uma hora e meia. Protegidos com capas e guarda-chuvas, eles exibiam cartazes e faixas com críticas a redução, ao presidente Bolsonaro e à reforma da Previdência.

Por volta das 18h, o ato chegou à Praça XV, sendo encerrado em frente à Catedral Metropolitana. Não houve registros de confusão. A organização e a

Polícia Militar não divulgaram o público presente.

Mais cedo, ainda pela manhã, houve mobilização no hall da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Além de Florianópolis, pelo menos outras quatro cidades do Estado registraram atos ontem.

Em Camboriú, no Litoral Norte, um grupo exibiu cartazes no pátio e na entrada do Instituto Federal Catarinense (IFC) pela manhã. Na cidade de Blumenau, no Vale do Itajaí, a manifestação reuniu estudantes e professores da UFSC e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) na Praça Doutor Blumenau.

Já em Joinville, no Norte de SC, um ato foi realizado durante o Congresso Brasileiro de Química, realizado no Expoville.

Em Itajaí, cerca de 100 jovens se reuniram no começo da noite junto ao IFSC e caminharam até o Mercado Público.

O governo federal anunciou no fim de abril o bloqueio de



Ato ocorreu pelo Centro de Florianópolis com muita chuva

30% dos recursos destinados a todas as instituições de ensino federais. A medida atinge os chamados gastos de custeio, como fornecimento de energia e água. Nos institutos e universidades federais de Santa Catarina, o bloqueio deve somar até R\$ 121 milhões, segundo as instituições.

MEC ORIENTA PARA FAZER DENÚNCIAS

O Ministério da Educação divulgou uma nota na tarde de ontem em que afirma que professores, servidores, funcioná-

rios, alunos e até mesmo pais e responsáveis "não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar". Em seguida, orienta que sejam feitas denúncias por meio do site ouvidoria do MEC.

"Nenhuma instituição de ensino pública tem prerrogativa legal para incentivar movimentos políticos partidários e promover a participação de alunos em manifestações".

O ministério também diz em nota que servidores públicos que participaram dos eventos podem ter o ponto cortado.

Diário Catarinense e A Notícia

Moacir Pereira "Cancellier"

Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Indicação / Deputado / Carlos Chiodini / MDB / Prêmio Nacional Darcy Ribeiro / Educação / UFSC / Polícia Federal / Morte / Operação Ouvidos Mucos

CANCELLIER

O nome do falecido reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo foi indicado pelo deputado Carlos Chiodini (MDB) para receber o Prêmio Nacional Darcy Ribeiro, que homenageia personalidades e instituições que atuam em defesa da educação no Brasil. Cancellier foi o 12º reitor da UFSC e faleceu em outubro de 2017, depois de preso na operação Ouvidos Mucos, da Polícia Federal. A decisão do prêmio é da Comissão de Educação da Câmara Federal.

Cibernética jurídica / Tese / Rômulo Valentini / Julgamento por computadores / Direito / Juscibernética / UFMG / Universidade Federal de Minas Gerais / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Grupo de Estudos sobre Governo Eletrônico / E-gov / Professor / Aires José Rover



DIREITO

Cibernética jurídica

Polêmicas e embates éticos no entorno de uma das mais polêmicas inovações no campo do Direito contemporâneo

Lorena Tárzia

“É um tema que desperta paixões!” Assim Rômulo Valentini começou a defesa de sua *tese de doutorado*, intitulada “Julgamento por computadores? As novas possibilidades da Juscibernética no século XXI e suas implicações para o futuro do Direito e do trabalho dos juristas”, defendida em 2018, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pouco antes, o professor orientador, Antônio Alvares da Silva, abriu a banca com o alerta, ao doutorando, sobre a complexa e longa arguição que o aguardava.

De fato, Juscibernética não é temática confortável no âmbito jurídico. O termo foi cunhado em 1974, por Mário Losano, na obra pioneira *Lições de informática jurídica*. A disciplina é dividida, cronologicamente, em três etapas. Teve início com a informática documental, quando floresceram os bancos de dados jurídicos, usados na ordenação da informação e sua posterior recuperação. Na

A defesa da tese foi gravada e pode ser assistida no *link* <http://bit.ly/valentiniese>.

14 MINAS FAZ CIÊNCIA • MAR/ABR/MAI 2019

sequência, criaram-se sistemas para controle de processos, tratamento de textos, geração automática de documentos e decisões rotineiras, mas sempre como auxiliares nas decisões, sem substituí-las.

A fase contemporânea – e mais polêmica – diz respeito à denominada informática jurídica decisória, com a criação de sistemas de Inteligência Artificial (IA) capazes de produzir decisões por si mesmos. Aí se encontra o problema pesquisado por Valentini, ao buscar determinar se, no estágio atual, é possível uma máquina elaborar textos, tecnicamente adequados, com decisões judiciais válidas para casos concretos.

“É uma tese provocativa, mas a relação da informática com o Direito vem sendo discutida desde a década de 1970. O que trazemos de inovador é o elemento da realidade contemporânea”, defende o pesquisador.

Em 2014, quando começou sua pesquisa, tudo era novidade. A partir de 2017, a realidade mudou, com a publicação de diversos artigos, notícias na mídia e, até mesmo, duelo “homem-máquina” na área jurídica, consequência do ritmo acelerado das inovações sociotécnicas.

Brasil X Mundo

O que difere a situação brasileira do restante do Planeta, segundo o pesquisador, é a “dissociação tecnológica”. Nos Estados Unidos, o uso do computador, no dia a dia forense, já é realidade, com sistemas especializados, que reduzem postos de trabalho e produzem peças jurídicas, aos moldes do site www.processeaqui.com.br. Porém, as diferenças são significativas, já que, de acordo com Valentini, somos o País com maior quantidade de processos *per capita* do mundo, sujeitos a muitas variações. “Eles não precisam da informática como tábua de salvação para o sistema judiciário. Para eles, as tecnologias são um suporte”, explica.

A obra de Richard Susskind, *Tomorrow's Lawyers*, seria prova desta diferença entre os dois países. Nela, o autor estadunidense prevê um mundo de tribunais *online*, negócios jurídicos globais baseados em IA, mercados liberalizados, comoditização e terceirização, práticas simuladas baseadas na internet e novos empregos legais.

Plataforma na qual consumidores lesados em uma relação de consumo podem processar uma empresa de forma simples e gratuita.

Outros destaques são o Canadá – com a empresa Ross Intelligence, uma das mais famosas referências de sistema de “advogado virtual” – e o Reino Unido – com a empresa Case Crunch, notória por vencer advogados humanos em um desafio na área de Direito Tributário.

Além disso, recentemente, outra empresa, a LawGeex, demonstrou ser capaz de apresentar performance superior à dos especialistas humanos na análise de contratos, ao realizar, em poucos segundos e com maior índice de acerto, tarefas que os advogados humanos levaram, em média, 90 minutos para finalizar.

Já na China, país com massivo índice de investimento em Inteligência Artificial, as tecnologias na área jurídica têm sido direcionadas para a realização de políticas públicas e controle social, como coleta de dados pessoais e tecnologia de reconhecimento social, a fim de facilitar o trabalho das autoridades policiais e a prestação de serviços públicos, como emissão de passaportes e acesso ao crédito.

No entanto, Valentini alerta sobre o polêmico uso de IA no julgamento de crimes. “A aplicação na área criminal é uma questão delicada, mas a China parece se importar menos com os dilemas éticos e morais desses sistemas do que o Ocidente”.

Minas, destaque científico

Em 2018, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu o “Direito Cibernético” como disciplina curricular autônoma, ainda que optativa, para os cursos de Direito, por meio do parecer CNE/CES nº 635/2018. Apesar do atraso, o Brasil já possui diversas iniciativas consolidadas de pesquisa na área.

Valentini destaca o vanguardismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o avançado Grupo de Estudos sobre Governo Eletrônico (E-gov), coordenado pelo professor Aires José Rover, referência na área de pesquisa sobre Informática Jurídica desde a década de 1990.

No Rio de Janeiro, destacam-se as iniciativas do Instituto de Tecnologia e Sociedade, sob orientação do professor Ronaldo Lemos, bem como o Centro de

Estudos em Direito e Tecnologia (Ceditec), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em Brasília, o grupo de estudos Legal-AI, da Universidade de Brasília, consolida as iniciativas de pesquisa e aplicação prática na área, sobretudo as desenvolvidas pelo professor Ricardo Vieira de Carvalho Fernandes, CEO da Legal Labs e organizador de duas edições do "Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia".

Em São Paulo, no ano de 2017, houve a criação do Grupo de Estudo de Lógica, Inteligência Artificial e Direito (Geliad), integrado pela Faculdade de Direito e outros departamentos da Universidade de São Paulo (USP), por iniciativa do professor Juliano Maranhão.

"Mas, sem modéstia, em termos de destaque científico, creio que Minas Gerais tomou a dianteira nesse debate", orgulha-se Valentini. A Faculdade de Direito da UFMG, em 2018, ofertou diversas disci-

plinas de graduação e pós-graduação na área da Juscibernética, com destaque para as iniciativas do professor Roberto Novaes, com o curso "Ciência de dados aplicada ao Direito", e dos professores Leonardo Parentoni e Renato César Cardoso, com a disciplina "Direito e Inteligência Artificial".

"Além dessas, foram abordadas as questões referentes aos vieses dos algoritmos aplicados aos processos judiciais, em disciplina conduzida pelo professor Dierle José Coelho Nunes e as implicações da Inteligência Artificial para o futuro das relações de trabalho, em disciplina ofertada, em conjunto, por mim e pelo professor Antônio Alvares da Silva, meu orientador do doutorado", nomeia.

Em termos de grupos de pesquisa, também na UFMG, desde 2013, foram encampadas, institucionalmente, as iniciativas do Grupo de Estudos em Direito Eletrônico (Gedel) – originado de uma das mais antigas listas de discussões temáticas sobre Direito Eletrônico em grupo de estudos coordenado pelo próprio Valentini e pelo

professor Antônio Gomes de Vasconcelos. "Temos, ainda, o Instituto de Referência em Internet e Sociedade (Iris), orientado pelo professor Fabrício Bertini Pasquot Polido, e o grupo Direito e Tecnologia da Informação (DTI), sob a coordenação do professor Leonardo Parentoni.

Fora do âmbito universitário, destaca-se, como iniciativa da sociedade civil, o Instituto Direito e Inteligência Artificial (Ideia), ação dos desembargadores Wilson Benevides (TJMG) e José Eduardo Resende Chaves Junior (TRT3), criado em 2018. O grupo é aberto a profissionais e estudantes de todas áreas, e discute, diariamente, temas polêmicos referentes à Juscibernética e suas implicações na sociedade.

Para se informar sobre a proposta do grupo e conhecer formas de participar dos debates, acesse <http://ideiaonline.org/> ou envie e-mail para contato@ideiaonline.org.

Prós e contras

Embora considere difícil apontar pontos positivos e desafiadores relacionados à aplicação da Inteligência Artificial no campo do Direito, pois tudo depende das escolhas humanas, o professor Valentini indicou aspectos a serem considerados.

Pontos positivos

Ganhos de eficiência no processo de trabalho, ao eliminar tarefas repetitivas.

Redução do tempo de tramitação dos processos e custos.

Liberação de juristas para atividades menos burocráticas, mais intelectuais e criativas.

Ampliação da clareza e da objetividade dos processos.

Elevação do pensamento jurídico e dos estudos acadêmicos.

Pontos negativos

Possível desvalorização do trabalho dos profissionais da área jurídica.

Risco de "engessamento" do Direito em dados pré-existentes.

Replicação de vieses de julgamento já existentes, sem inovação.

Aceitação, como normal, de decisões injustas ou enviesadas das máquinas.

Esvaziamento ou empobrecimento dos debates sobre o sistema jurídico.

CLIPPING DIGITAL

[Moisés e a renovação do modelo político](#)

[Moisés e a renovação do modelo político, por Laudelino José Sardá](#)

[Moisés e a renovação do modelo político](#)

[Olavo Bilac e Doutor Blumenau são premiados no Desafio Nacional de Robótica](#)

[Câmara Municipal de São José e UFSC assinam convênio para ensino e Libras](#)

[OMPI recebe inscrições para curso de verão sobre propriedade intelectual em Florianópolis](#)

[Nome de Cancellier é indicado para receber Prêmio Nacional Darcy Ribeiro](#)

[Palestras abordam tecnologia e qualificação profissional](#)

[Entrevista: Cartolas traz o rock gaúcho pro Cinerama Arthouse, nessa sexta](#)

[Bienal de Fotografia será realizada em São Caetano](#)

[Alunos da UFSC visitam a Escola Angélica Costa](#)

[Como o Technovation mudou a vida de centenas de meninas em Florianópolis](#)

[São Caetano recebe a XXI Bienal de Fotografia](#)